CMP 1.2.4.46

FOLHA DE S. PAULO ilustrada
Sexta-feira, 18 de abril de 1980

Apesar da qualidade de sua obra, o padre José Maurício ainda não foi incluído entre as "glórias nacionais"

A música que o Brasil não ouve

ENIO SQUEFF

Comemora-se hoje 150 anos da morte do padre José Maurício Nunes Garcia. Como de hábito haverá concertos: um no Cultura Artística a ser regido hoje pelo maestro Eleazar de Carvalho às 21 horas, outro no Rio de Janeiro no mesmo horário e certamente alguns mais em outras capitais brasileiras. José Maurício o merece: foi o maior músico brasileiro antes de Carlos Gomes e de Villa Lobos e não está muito aquém deste último em qualidade. Mas José Maurício, padre não muito ortodoxo que fez tanta música quanto talvez desejasse fazer filhos (regularmente, se é que se pode usar a palavra em se tratando de um padre, fez cinco) nem é muito conhecido, nem comparece nos programas convencionais como talvez merecesse.

A história é conhecida: por ser brasileiro, padre José Maurício nunca recebeu nem antes, nem depois, as honras merecidas como mestre inconteste. Já no tempo de Império foi assim e depois disso não fosse o trabalho de uma musicóloga, Cleofe Person de Matos, José Maurício talvez ainda estivesse no esquecimento. Duas individualidades a trabalharem uma pela outra, portanto? Quase isso. De fato, sem a sra. Cleofe Person de Matos o padre José Maurício seria certamente um músico a ser investigado — mas sem o padre José Maurício a musicóloga talvez permanecesse apenas como uma das inúmeras regentes do Brasil. Vem daí que talvez o caso José Maurício quem sabe, devesse ser contado no singular através do nome da musicóloga. Mas não é bem assim. Como disse à própria musicóloga sua "paixão" pelo padre José Maurício não nasceu do nada. Deveu-se a uma ideologia — o nacionalismo que marcou a música brasileira na década de 40, e a uma contingência: seu coral (a Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro) quase não tinha repertório genuinamente nacional para cantar.

E foi em nome deste nacionalismo que o padre José Maurício começou a ser desarquivado, primeiro da Escola Nacional de Música, onde havia algumas de suas partituras, mais tarde de arquivos de igrejas do Brasil e de Portugal e, por fim, de cidadezinhas perdidas pelo Brasil — desde Mariana em Minas Gerais, até Rio Pardo no Rio Grande do Sul. Hoje, devidamente catalogadas existem mais de 200 obras atribuídas ao padre compositor; só a sra. Cleofe Person de Matos desencavou e restaurou umas 160 partituras de sua autoria entre missas, peças orquestrais (divertimentos, aberturas), coros a capela e obras religiosas para coro e orquestra. Não é tudo o que o padre escreveu, evidentemente.

A José Maurício, profundamente influenciado por Mozart e Haydn, dentre outros mestres menores, do século 18 e 19, atribui-se inclusive uma ópera hoje, infelizmente, perdida. Há, portanto, muita coisa ainda a ser investigada. Pois a rigor, nem tudo o que a sra. Cleofe exumou, foi resultado de seu esforço. Já o visconde de Taunay referiu-se ao padre José Maurício e antes dele, alguns de seus alunos e biógrafos como Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisco Manoel da Silva (o mesmo do Hino Nacional) prestaram as homenagens de praxe ao padre compositor. Um deles, Sigismund Neukomm, discípulo de Haydn e que aportou no Brasil com a Família Real, (Dom João 6.º) foi pródigo em elogios ao padre compositor. Quer dizer, com seu prestígio de estrangeiro e de músico apenas referendou o que já se sabia mas isso, ao que parece, não valeu muito para o padre.

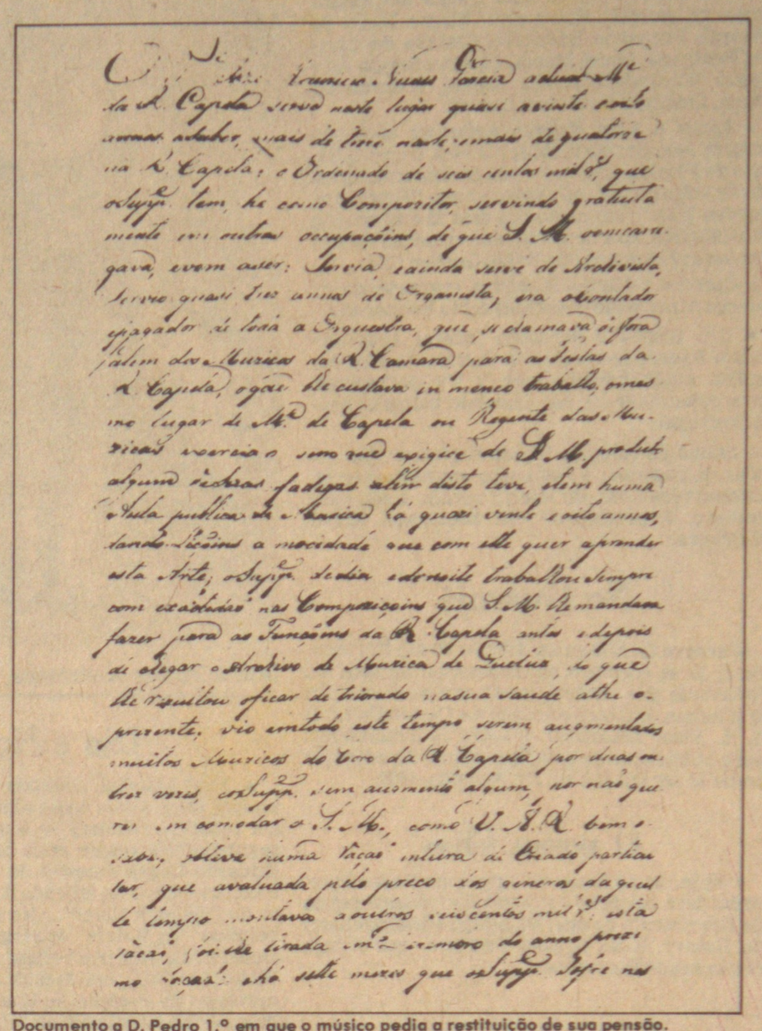
Vista hoje, a biografia do compositor José Maurício Nunes Garcia não guarda momentos de muita glória. Antes que a Família Real viesse para o Brasil corrida por Napoleão, já o padre José Maurício era conhecido. Tinha já seus admiradores seus alunos e tinha já composto algumas obras importantes. De modo que quando Dom João 6.o chegou ao Brasil foi com surpresa, como se dizia, que encontrou um artesão tão bom quanto os que a Família Bragança costumava aplaudir na Europa. Veio daí sua nomeação de "Mestre da Capela Real".

Mas não se tratava apenas de um artesão, é claro. Li algures que o padre José Maurício improvisava magnificamente; que era um bom organista isso garante a sra. Cleofe Person de Matos. Ou seja, só este fato já bastava para que tivesse um lugar garantido na Corte dos Braganças que, como se sabe, se outros defeitos tinha, não possuía o de não gostar de música. Scarlatti pai foi professor de uma princesa da família Bragança. Logo, o padre José Maurício, tinha tudo para encontrar um lugar ao sol na corte de Dom João 6.o.

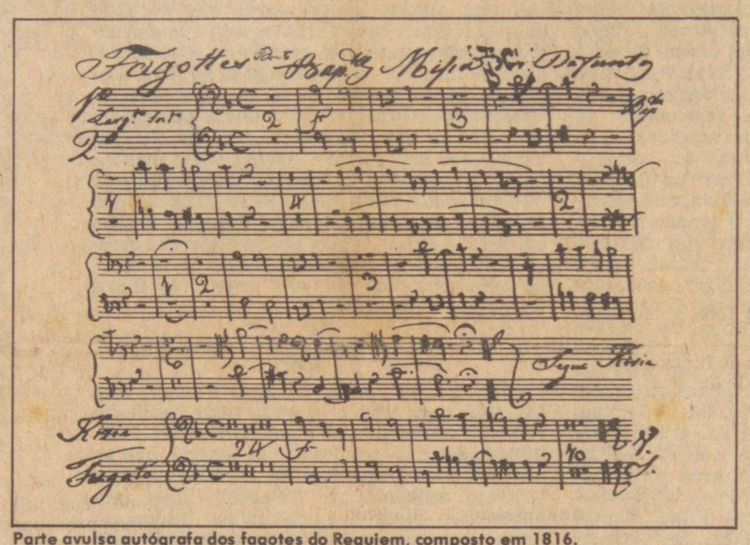
Mas se Haydn na Europa fazia suas refeições com os criados e se os músicos europeus só conseguiram fugir de sua condição de empregados especializados a partir de Beethoven, pode-se imaginar que não seria no Brasil que as coisas seriam diferentes para o padre compositor. Ainda mais que a Corte portuguesa já estava atolada em compromissos com o Colonialismo inglês e absolutamente dependente dos produtos manufaturados que só os britânicos tinham condição de nos fornecer.

Isso é importante: quando Dom João 6.o voltou para Portugal, e quando o Brasil se tornou independente (apenas de Portugal, e não da Inglaterra) tanto o padre José Maurício como seu colega de mais prestígio Marcos Portugal (que veio para o Brasil em 1911, morrendo aqui na miséria, como se pode prever) passaram a sofrer as agruras de viverem num País já endividado. É conhecido o apelo que José Maurício, Marcos Portugal e outros músicos fizeram a Dom Pedro 1.o pedindo a Sua Alteza que lhes pagasse em dia. Mas Sua Alteza, ao que consta, sequer respondeu ao pedido. Certamente tinha que fazer economia com os gastos palacianos e embora fosse um músico nato, não parece ter tido lá muitas considerações pára com alguns pobres coitados aos quais considerava pretenciosamente como "colegas". Seja como for, a biografia do padre José Maurício parece se completar com a desgraça de ter de interromper suas atividades de Mestre Capela bem antes de morrer; em 1828 foi acometido por uma espécie de esclerose: não conhecia nem mais a música que havia composto. E morreu na miséria.

Este é o único retrato de José Maurício; foi feito por seu filho médico.



Documento a D. Pedro 1.º em que o músico pedia a restituição de sua pensão.



Parte avulsa autógrafa dos fagotes do Requiem, composto em 1816.

É claro, nada disso interessa se sua música não tivesse ultrapassado estes 150 anos que separam o Brasil atual de sua morte. Quando a sra. Cleofe Person de Matos começou a investigar a música do padre José Maurício tinha em mente descobrir um precursor do nacionalismo a que ela própria se filiara. Desde que o padre José Maurício contivesse em suas obras as marcas do que os nacionalistas considerassem como tipicamente brasileiro, haveria naturalmente uma história da música no Brasil e por essa historicidade passariam a ter uma autonomia artística que nos definiria como uma Nação também sob o ponto de vista artístico.

No caso do padre José Maurício não errou a sra. Cleofe ao procurar algumas marcas de brasilidade. Elas efetivamente existem. Quem escuta sua "Missa de Réquiem" que será executada hoje pela sinfônica Estadual, sem muito esforço descobrirá num dos trechos mais comoventes da obra alguns compassos em que os violinos tocam uma melodia que em tudo lembra a modinha clássica (o padre compositor foi modinheiro, isso não tem dúvida): desde o ritmo — o acento forte não cai no primeiro tempo — até na linha melódica cujo desenho nítido forma uma linha sinuosa e emocionada. É uma característica que se repete em outras obras, mas que está longe de ser um procedimento comum.

José Maurício não estava mais preocupado com o caráter nacional de sua música, do que com os cânones europeus com os quais eventualmente sua melodia e seus ritmos podiam se confundir. Neste sentido, seu êmulo mais imediato parece ser Mozart de quem José Maurício regeu em 1819 o "Réquiem" (em primeira audição no Brasil) e Haydn, de quem o compositor conhecia a fundo muitas obras. Segundo a musicóloga Cleofe Person de Matos que organizou um catálogo completo da obra do compositor, José Maurício fazia seus alunos cantarem e tocarem como "pièces de resistence", dentre outros, o "Stabat Mater" e as "Estações" de Haydn. Padre José Maurício era um homem atualizado, portanto.

Mas, independentemente das marcas que pudesse trazer, ou da atualidade de sua obra, foi acima de tudo um músico original. Seu "Ofício para defuntos" escrito na mesma época que o "Réquiem" (1816) foi há pouco executada pelo maestro Olivier Toni no Teatro Municipal. Trata-se de uma obra de dimensões bastante grandes, escrita para coro e orquestra com poucos sopros — clarinetas e trompas; mas surpreende pela grandiosidade e pela emoção. A crer em Taunay isso se explicaria: a peça teria sido escrita tanto para as exéquias de Dona Maria 1.ª, mãe de Dom Pedro (a "Maria Louca" que todos conhecemos), como para o enterro de sua própria mãe. Taunay diz que o padre escreveu a obra "entre lágrimas". Talvez seja um exagero — mas em alguns momentos ela chega a provocar emoção verdadeira, embora (isto é visível) sejam inúmeros os pontos de contato com o "Réquiem" de Mozart. Sob este aspecto, portanto, a procura da sra. Cleofe Person de Matos talvez tenha se frustrado: José Maurício não foi precisamente um nacionalista. Mas isso importa? Para a própria musicóloga, não mais.

Acima das contingências nacionalisteiras, José Maurício seria, afinal, um músico excepcional. Tão importante, aliás, que a própria musicóloga de cuja seriedade ninguém duvida, chega a fazer uma afirmação: no seu modo (leia-se na sua forma específica de compor, para instrumentos e vozes) José Maurício seria um caso único na América Latina. A sra. Cleofe Person de Matos não duvida por exemplo, que os bolivianos, peruanos e mexicanos tenham contado com músicos muito melhores de tudo o que poderíamos ter no período que antecede ao século 19. Muitos músicos religiosos ou não que, viajaram para a América espanhola desde o século 16, foram excepcionais, enquanto compositores de música a capela (sem acompanhamento instrumental). Fora disso, porém, José Maurício seria único.

Uma glória nacional? Nem tanto. Pois como conta a sra. Cleofe, para pesquisar a obra de José Maurício esse argumento nunca foi suficiente para comover as autoridades brasileiras. Exemplo clássico contado pela musicóloga é a descoberta, de "Ulisséia", obra que será executada hoje juntamente com a "Missa de Réquiem". A peça foi encomendada ao padre José Maurício para uma batalha que nunca existiu — "vitória" dos exércitos de Lisboa sobre as tropas de Napoleão. (Ulisséia, no caso, refere-se a Lisboa cujo nome primitivo é este em homenagem ao suposto fundador da cidade, o Ulisses da mitologia). Levada para Portugal, a peça foi descoberta pela musicóloga por acaso, quando se encontrava em Vila Viçosa, perto de Evora e local preferido pelos Braganças para seus veraneios.

Como a obra estava incompleta, Cleofe Person de Matos resolveu recorrer ao adido cultural da embaixada do Brasil em Portugal, na época, o sr. Oto Lara Rezende — mas este negou a prestar-lhe qualquer auxílio (não posso imaginar por que, mas magino que seja porque no Exterior as embaixadas brasileiras devam usar boa parte de suas verbas para coquetéis de nível cultural, ou para promover intelectuais do nível do sr. Oto Lara Rezende). E, enfim, seja como for, a sra. Cleofe às suas custas, como sempre, recuperou a obra.

E talvez seja injusto dizer que o padre José Maurício só exista 150 anos depois, devido exclusivamente à sra. Cleofe Person de Matos. O Estado brasileiro — leia-se o governo federal — chegou a lhe prestar algum auxílio. Neste ano do sesquicentenário, por exemplo, a Funarte está anunciando a impressão de vários trabalhos encomendados a especialistas para comemorarem a obra deste padre mulato e grande nome da nossa música. Mas se é hora de ressuscitar definitivamente o padre — que o merece, sem dúvida — dê-se os nomes a quem o merece também pelo fato de se poder falar do seu sesquicentenário, ou seja, à sra. Cleofe Person de Matos. A rigor, as duas histórias por enquanto se confundem.

Máscara mortuária do padre foi tirada por Araújo Porto Alegre.

O médico José Maurício Nunes Garcia Júnior, filho e biógrafo do compositor.

...ura que deve ser contida a distância?

"Por que, me explica, por favor, por que não se faz com os trabalhadores um acordo de cavalheiros, como é costume fazer com os donos dos frigoríficos, com os nossos excelentes empresários, com os dirigentes dos supermercados, como, aliás, parece que aconteceu com os homens da soja? Foi soja, não foi? Então? Você sabe que eu gosto demais do João, não sabe? Eu acho que o João, tirando os defeitos dele (e ninguém é perfeito neste mundo, ora!), até que não é de jogar fora. Puxa, que o João está esperando para mandar o pessoal sentar-se em volta de uma mesa, tomando um licor de jabuticaba? Se for por falta da bebida, eu mando um tacho cheio. Esse pessoal parece que tem cabeça dura. Emburra por qualquer coisa. Nós vamos comemorar o dia do Tiradentes, não vamos? Me responda: se no tempo do Tiradentes já existisse greve, metalúrgico, salário mínimo, tribunal do trabalho, essas coisas que a gente vê o tempo todo no rádio, jornal e televisão, você não acha que o Joaquim José da Silva Xavier teria se apresentado como mediador para resolver o problema?

"Não estou afirmando nada, viu! Estou apenas perguntando. Desculpe se o aborreço. Bênção para você, e me informe se gostou do doce de damasco."

Titia, sua boa intenção é muito bonita. Mas pode suspender o licor de jabuticaba.